

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

REVISÃO CRIMINAL N.º: 0298652-7

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000003-32.2009.8.17.0990

COMARCA	: Olinda – 2ª Vara Criminal
REQUERENTE	: José Carlos Moreira da Silva
REQUERIDO	: Ministério Público de Pernambuco
PROCURADORA	: Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA	: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO	: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. NÃO CONHECIDA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS. PROVA NOVA. INEXISTÊNCIA. PEDIDO INDEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Preliminar de nulidade de incompetência do juízo que não se conhece, eis que já apreciada e decidida por este Tribunal de Justiça quando do julgamento da Apelação Criminal.

II – Imperioso se faz o reconhecimento da atenuante genérica da confissão espontânea, constante do art. 65, III, “d”, do Código Penal Brasileiro, nas hipóteses em que o julgador *a quo* utilizou a confissão do réu, realizada junto à autoridade policial, para embasar o édito condenatório, deixando de reconhecer a referida atenuante, quando da dosimetria da pena.

III – Pedido revisional parcialmente deferido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Revisão Criminal nº **0298652-7**, no qual figuram como partes as retronymadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em deferir parcialmente o pedido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PE-
131
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419-3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

revisional, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de outubro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

REVISÃO CRIMINAL N.º: **0298652-7**

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000003-32.2009.8.17.0990

COMARCA : Olinda – 2ª Vara Criminal

REQUERENTE : José Carlos Moreira da Silva

REQUERIDO : Ministério Público de Pernambuco

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Revisão Criminal interposta por **José Carlos Moreira da Silva** em face da sentença condenatória transitada em julgado, que o condenou à pena definitiva de **15 (quinze) anos de reclusão e 1600 (um mil e seiscentos) dias-multa**, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática do tipo descrito no art. 33 e art. 35, da Lei n.º 11.343/06 (625/240).

Preliminarmente, o requerente argúi a incompetência do Juízo e, no mérito, que o Acórdão proferido nos autos da Apelação Criminal n.º **230047-6** contraria a evidência dos autos. Pugna pelo deferimento do pedido revisional, a fim de que seja reconhecida a preliminar de incompetência do Juízo, declarando-se nulos todos os atos praticados pelo Juízo de Olinda e, no mérito, para que seja reconhecida a atenuante genérica da confissão espontânea (fls. 02/03).

Documentação acostada às fls. 06/76.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer pugnando pelo deferimento parcial do pedido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

revisional, para ser reconhecida a atenuante prevista no art. 65, inciso III, d, do Código Penal Brasileiro, com a conseqüente redução da pena (fls. 111/118).

É o que importa relatar.

À DOUTA REVISÃO.

Recife, 19 de junho de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 132
PB.
10 11

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

REVISÃO CRIMINAL N.º: 0298652-7
PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000003-32.2009.8.17.0990
COMARCA : Olinda – 2ª Vara Criminal
REQUERENTE : José Carlos Moreira da Silva
REQUERIDO : Ministério Público de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO

O revisionando argúi, em preliminarmente, a incompetência do Juízo de Olinda.

Compulsando os autos verifica-se que a preliminar ora suscitada já foi apreciada e decidida por este Tribunal de Justiça, quando do julgamento da Apelação Criminal n.º 230047-6, na qual, à unanimidade de votos, a mesma foi rejeitada, conforme consta do Acórdão de fls. 797/801, de relatoria do eminente Des. Antônio Carlos Alves da Silva.

É de se observar que o fundamento da presente preliminar é idêntico ao fundamento trazido pelo réu quando da interposição da Apelação Criminal, colacionada às fls. 741/745, o que demonstra que o que o requerente pretende é uma nova reapreciação das provas anteriormente produzidas, na ânsia de se obter um provimento jurisdicional favorável.

Pelo exposto, não conheço da preliminar suscitada.

Recife, 04 de outubro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

REVISÃO CRIMINAL N.º: 0298652-7

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000003-32.2009.8.17.0990

COMARCA	: Olinda – 2ª Vara Criminal
REQUERENTE	: José Carlos Moreira da Silva
REQUERIDO	: Ministério Público de Pernambuco
PROCURADORA	: Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA	: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO	: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO - MÉRITO

De proêmio, ressalte-se que a lei procedimental limitou os casos de cabimento da ação revisional aos casos em que ocorre erro judiciário proveniente de sentença que afrontou o texto expresso de lei ou contrariou a evidência dos autos, que tomou por base prova falsa, que foi desautorizada pelo aparecimento de prova nova, em razão do caráter excepcional da revisão, *ex vi* do disposto no art. 621 do Código de Processo Penal.

Tal demarcação se perfaz em medida imprescindível para a segurança jurídica, devendo sempre ser observada, sob pena de gerar instabilidade de imprevisíveis conseqüências, já que sem a demonstração da verossimilhança do alegado erro no édito condenatório, o pleito revisional se desvirtuaria em novo recurso de apelação, permitindo-se nova valoração de provas anteriormente produzidas, na ânsia de se obter um provimento jurisdicional favorável.

Sobre o tema, Eugênio Pacelli de Oliveira pontifica que *“compreende-se que a via aberta à ação de revisão criminal não seja assim tão alargada, como se tratasse de uma nova ação penal invertida, isto é, promovida pelo acusado. Por isso, há requisitos mínimos para o ajuizamento de tais ações, a impor que tenham elas fundamentação vinculada”*.

134
N

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Em relação ao pleito pelo reconhecimento da atenuante genérica da confissão espontânea, constante do art. 65, III, "d", do Código Penal Brasileiro, observa-se dos autos que a douta magistrada utilizou a confissão do réu, realizada junto à autoridade policial, para embasar o édito condenatório, contudo, deixou de reconhecê-la quando da dosimetria da pena, razão pela qual merece reforma o julgado, nesse aspecto.

A douta magistrada, quando da prolação da sentença, assim se manifestou (fls. 625/640):

"(...) Na fase inquisitória, às fls.33/34, apenas o acusado José Carlos confessa o envolvimento no comércio ilegal de substância entorpecente e confirma a participação dos demais réus nesse crime, esclarecendo: "... que confessa que a maior parte de sua renda é proveniente do tráfico ilícito de entorpecentes; que sua atividade de tráfico de drogas consiste em comprar crack e, misturando-o com ácido bórico, produzir o chamado "pó virado", ou seja, uma cocaína de menor qualidade; que compra o crack na Favela João de Barros, no entanto não sabe onde fica, exatamente, a boca de fumo, pois os aviões ficam circulando dentre as ruas da favela; que vende drogas tanto em sua residência, quanto na rua, através de entregas; que possui amigos com poder aquisitivo elevado que são seus clientes e estes, comumente, indicam pessoas para comprar droga também; que o negócio funciona "boca-a-boca"; que quanto as entregas de droga são feitas através de contato prévio pelo celular; que o depoente, pessoalmente, faz a entrega em domicílio da droga em seu veículo Gol; que o seu genro, André Lindemberg, também faz a entrega das drogas, ajudando-o no tráfico; que sua companheira, "Cida", também é traficante de drogas, auxiliando tanto na entrega quanto na venda realizada na própria residência; que confessa que recebe cheques de seus "clientes" de cocaína, como pagamento... (fls. 629)(...) Quanto ao acusado José Carlos, pelo delito do art.33, da Lei nº 11.343/06, fixo a pena base em 09(nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias multa; tornando-a definitiva nesse quantum, dada a ausência de outras circunstâncias legais ou judiciais passíveis de apreciação. Pelo delito do art.35, da Lei nº 11.343/06, fixo a pena base em 06(seis) anos de reclusão e 900 (novecentos)



135
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PB
11

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

dias multa; tornando-a definitiva nesse quantum, dada a ausência de outras circunstâncias legais ou judiciais passíveis de apreciação. Em respeito ao art.69, do CPB, procedo a soma aritmética das penas impostas ao acusado José Carlos, totalizando 15(quinze) anos de reclusão e 1600(um mil e seiscentos) dias multa (fls. 639)".

Pelo exposto, acompanhando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, defiro parcialmente o pedido revisional, reduzindo a pena-base aplicada pelo douto magistrado em 06 (seis) meses, em relação ao crime descrito no art. 33, da Lei n.º 11.343/06, face a atenuante genérica da confissão espontânea, tornando-a definitiva em 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão. De igual modo, reduzo a pena-base em 6 (seis) meses, em relação ao crime descrito no art. 35, da Lei n.º 11.343/06, face a atenuante genérica da confissão espontânea, tornando-a definitiva em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Em respeito ao art.69, do CPB, procedendo a soma aritmética das penas, ao acusado José Carlos resta condenado a uma reprimenda total de 14 (quatorze) anos de reclusão e 1600(um mil e seiscentos) dias-multa.

É como voto.

Recife, 03 de Setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



SEÇÃO CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002681-41.2013.8.17.0000 (0298652-7)

REVISÃO CRIMINAL

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de revisão criminal, interposta por José Carlos Moreira da Silva em face da sentença que o condenou a pena de 15 (quinze) anos de reclusão e ao pagamento de 1600 (mil e seiscentos) dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, da Lei 11.343/2006, requerendo, preliminarmente, a declaração de incompetência do Juízo da Comarca de Olinda, com a conseqüente nulidade dos atos processuais já praticados. No mérito, suplica a diminuição da reprimenda imposta ao revisionando, com a aplicação da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal, por ter sido essa utilizada como base para imputação da responsabilidade penal do autor.

A douta Procuradoria da Justiça exarou seu parecer às fls. 111/118, opinando pelo indeferimento da revisão criminal.

A decisão judicial que se pretende revisar transitou em julgado para ambas as partes, conforme certidão de fls. 829 dos autos.

Em sua exordial, o revisionando argúi, preliminarmente, a incompetência do Juízo da Comarca de Olinda, sustentando que o Juízo competente para processar e julgar a demanda seria o da Comarca de Catende.

Convém mencionar, *ab initio*, que, a despeito de já ter sido suscitada em outro momento processual, é de bom alvitre que seja a preliminar em comento

137
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Fls. 623
ll

analisada por este Juízo, por se tratar de matéria de ordem pública. Não obstante a possibilidade de ser conhecida, tenho que não merecem prosperar as alegações do autor. Isso porque, muito embora tenha sido o revisor preso na comarca de Catende, os fatos delituosos foram praticados no município de Olinda, lugar em que a substância entorpecente era armazenada.

Ademais, por se tratar de crime permanente, a competência para o processo e julgamento do delito é estabelecida pela prevenção, como sói ocorrer na presente hipótese. Logo, não há que se falar em incompetência, motivo porque rejeito a preliminar levantada.

No mérito, o Código de Processo Penal prevê no art. 621 as hipóteses em que cabe a ação de revisão criminal. Registre-se que nesta ação não basta rever a sentença condenatória, mas a demonstração das hipóteses previstas no artigo referido, que limitam seu pedido.

Dessa forma, o art. 621, do CPP reza que será admitida a revisão criminal quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos (inc. I), quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (inc. II) ou quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstâncias que determine ou autorize diminuição especial da pena (inc. III).

No caso dos autos, o requerente sustenta que a confissão extrajudicial fora utilizada pela magistrada de primeiro grau para embasar o seu decreto condenatório (fls. 629), porém não fora usada como atenuante, conforme dispõe o artigo 65, III, 'd', do Código Penal.

Ora, é entendimento assente na doutrina e jurisprudência pátrias que, se a confissão, judicial ou extrajudicial, for utilizada como base para a condenação do acusado, deve, igualmente, ser empregada como atenuante, em seu benefício.

Nesse sentido, válido transcrever os seguintes julgados:

REPRIMENDA. CONFISSÃO UTILIZADA PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA REDUTORA DO ART. 65, III, D, DO CP. RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO QUE SE IMPÕEM. COAÇÃO ILEGAL

VERIFICADA. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. CORREÇÃO DE OFÍCIO PELA VIA ELEITA.



1. Se a confissão do agente é utilizada como fundamento para embasar a conclusão condenatória, a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do CP, deve ser aplicada em seu favor, pouco importando se a admissão da prática do ilícito foi espontânea ou não, integral ou parcial, ou se houve retratação posterior em juízo.

2. O erro material ou equívoco manifesto, quando não acarrete prejuízo ao condenado, é passível de ser corrigido de ofício a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da condenação. Inteligência do art. 463, I, do CPC, aplicável subsidiariamente.

3. Writ não conhecido, concedendo-se, entretanto, habeas corpus de ofício apenas para reconhecer presente a atenuante da confissão espontânea em favor do paciente e corrigir o erro material no dispositivo do acórdão impugnado, redimensionando a sua reprimenda para 13 (treze) anos de reclusão, mantidos os demais termos da sentença e do acórdão impugnados. (STJ. Habeas Corpus n.º 171725/SP. Quinta Turma. Relator: Ministro Jorge Mussi. Data do Julgamento: 15.08.2013).

REVISÃO CRIMINAL. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL QUE FUNDAMENTOU A CONDENAÇÃO. RETRATAÇÃO EM JUÍZO. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65 III, alínea d, do CP. REVISÃO CRIMINAL PROCEDENTE.

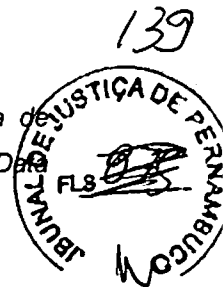
"Se a confissão na fase inquisitorial, posteriormente retratada em juízo, alicerçou o decreto condenatório, é de ser reconhecido o benefício da atenuante do art. 65, III, alínea d, do CP (Precedentes do STJ e do Pretório Excelso)" (HC 143.716/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 02/09/2010, DJe 11/10/2010).

(TJ-PR. Relator: Naor R. de Macedo Neto. Data de Julgamento: 31/05/2012. 2ª Câmara Criminal em Composição Integral.)

REVISÃO CRIMINAL. ROUBO. DOSIMETRIA DA PENA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONDENAÇÃO QUE SE APOIOU NA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. RECONHECIMENTO. REDUÇÃO OPERADA. AÇÃO PROCEDENTE.

Faz-se imperioso o reconhecimento e a aplicação da atenuante prevista no art. 65, II, 'd', do Código Penal quando a confissão espontânea for expressamente utilizada para embasar a condenação do Acusado, ainda que retratada em Juízo.

(TJPR. RVCR: 7117068 PR 0711706-8, Relator: Miguel Pessoa, Data de Julgamento: 31/03/2011, 4ª Câmara Criminal em Composição Integral, Data de Publicação: DJ: 610).



Diante deste contexto, necessário se mostra a aplicação da atenuante na reprimenda imposta ao revisionando, o que passo a fazê-lo:

A sentença de primeiro grau fixou a pena-base do delito previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006 em 09 (nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Não há que se fazer qualquer reparo quanto à pena-base. Por outro lado, considerando a atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal, qual seja, a confissão espontânea, reduzo a pena já fixada em 06 (seis) meses de reclusão. Ante a ausência de agravantes, causa de diminuição ou aumento de pena, fixo, em definitivo, a reprimenda penal em 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Quanto ao delito tipificado no art. 35, da Lei de Tóxicos, ficou a pena-base estabelecida em 06 (seis) anos de reclusão. Ante a presença da atenuante já mencionada, entendo por bem reduzir a reprimenda em 06 (seis) meses, tornando-a definitiva em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses, vez que não há qualquer agravante, causa de aumento ou diminuição de pena que a modifique.

Nessas circunstâncias, fica a reprimenda penal do acusado fixada em 14 (quatorze) anos de reclusão, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006, pelos motivos já consignados.

Pelo exposto, meu voto é no sentido de **rejeitar a preliminar** de incompetência do Juízo e, no mérito, **deferir parcialmente** o pedido formulado a fim de, pelo reconhecimento da atenuante da confissão, diminuir a pena outrora fixada pelo Juízo *a quo*, **redimensionando-a para 14 (quatorze) anos de reclusão e 1600 (mil e seiscentos) dias-multa**, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, da Lei de Drogas, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.

É COMO VOTO.